

J. Macêdo S.A. e Consolidado

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012**

Conteúdo

Relatório da Administração 2013	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	19
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações de resultados abrangentes	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	25
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27



Relatório da Administração 2013





Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A Administração da **J. Macêdo S.A.** (“Companhia”), dentro do seu compromisso com a geração de valor para o Acionista e com a transparência, submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2013. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Mensagem da Administração

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade,

Em 2013, o desempenho do setor de alimentos sofreu uma desaceleração impactada pelos efeitos diversos da economia brasileira, inclusive os efeitos inflacionários e da desvalorização da moeda. De acordo com a ACNielsen, as vendas em toneladas da Cesta Alimentar cresceram 10,39% no ano de 2013 quando comparado ao volume comercializado no ano de 2012, quando observado em valor (R\$) representaram um efetivo decréscimo de -1,18% em 2103.

A despeito deste cenário, as principais categorias de atuação de J. Macêdo enfrentaram a mesma conjuntura econômica mencionada, adicionada a uma alta volatilidade e incremento efetivo das cotações do seu principal insumo – trigo, onde o Mercado Nacional de Farinha de Trigo Doméstica coberto pela ACNielsen apresentou uma redução total de volumes (tons) comercializados de -7,23% em 2013 enquanto as vendas em valor (R\$) apresentaram um crescimento de 15,69%. Da mesma forma a categoria de misturas para bolos que apresentou um crescimento em volumes (tons) de 1,93% em 2013 e um crescimento de 18,92% em valor (R\$). Por fim a categoria de Massas Alimentícias apresentou um crescimento em volumes (tons) de 1,48% e 13,18% em vendas (R\$).

Essas variações demonstram a capacidade do segmento em repasse dos incrementos de custos para suas margens, em particular das commodities, e da busca de inovações e produtos de maior valor agregado nos segmentos de atuação.

Apesar deste cenário, a J. Macêdo prosseguiu seu trabalho para manter o foco em resultados crescentes e na contínua melhoria no atendimento ao cliente, por meio do aperfeiçoamento constante de processos e de um intenso trabalho de estímulo à cultura de alta performance junto aos seus funcionários.

Durante o ano de 2013 o resultado apresentado demonstra consolidação nos avanços obtidos no ano anterior e traduz importantes avanços em lucratividade e no Ebitda da Companhia. Adicionalmente a Companhia manteve, em todas as suas iniciativas, uma visão de melhoria contínua no nível de serviço oferecido aos seus clientes.



A J. Macêdo segue, no tocante aos seus novos desafios, na busca de continuar avançando na lucratividade, com foco na força de suas marcas, participação de mercado e no atendimento aos seus clientes.

A Companhia inicia 2014, quando comemora 75 anos de atividades, com um programa de crescimento, através de investimentos para ampliação e modernização de suas unidades fabris em Salvador, Simões Filho, Fortaleza, São José dos Campos, Londrina e Pouso Alegre, face ao incremento de seu portfólio de operações produtivas e logísticas, reforçado por seu retorno nos negócios de Panificação e Indústria nos mercados do Norte e Nordeste, onde a Companhia possui um histórico de robusta participação no mercado, com produtos inovadores e de alto padrão de qualidade.

Agradecemos aos clientes, fornecedores, aos nossos funcionários e aos acionistas pela colaboração e confiança depositadas em nosso trabalho. A seguir apresentaremos os principais destaques das realizações e resultados obtidos pela J. Macêdo no ano de 2013.

Destaques do período

- As vendas atingiram 197,4 mil toneladas no 4T13, um crescimento de 9,0% com relação ao mesmo período do ano anterior.
- A receita líquida de 2013 foi de R\$ 1.354,9 milhões, representando um aumento de 13,6% em relação ao ano anterior.
- O lucro bruto de 2013 foi de R\$ 445,0 milhões, um aumento de 15,8% em relação ao ano anterior.
- O EBITDA acumulado dos últimos 12 meses totalizou R\$ 101,0 milhões, representando um crescimento de 21,7% em relação ao ano anterior.
- A margem EBITDA representou 7,5% da receita líquida contra 7,0% em relação ao ano anterior (+ 0,5 p.p.).
- Market Share de 24,6% para farinhas e 27,7% para misturas, segundo dados da ACNielsen para os meses de outubro e novembro de 2013.
- Os investimentos realizados no exercício totalizaram R\$ 80,3 milhões, com foco em produtividade nos ativos operacionais.



Principais destaques	4T13	4T12	4T13 X 4T12 (%)	2013	2012	2013 X 2012 (%)
Receita Líquida de Impostos ¹	389,0	339,6	14,5%	1.354,9	1.193,0	13,6%
Lucro Bruto	124,3	106,1	17,2%	445,0	384,3	15,8%
EBITDA*	101,0	83,0	21,7%	101,0	83,0	21,7%
Margem EBITDA (%)*	7,5%	7,0%	0,5 p.p.	7,5%	7,0%	0,5 p.p.
Vendas em mil toneladas	197,4	181,1	9,0%	722,7	712,1	1,5%
Market Share (volume) ²						
- Farinhas	24,6%	27,0%	-2,4 p.p.	24,6%	27,0%	-2,4 p.p.
- Misturas	27,7%	30,3%	-2,6 p.p.	27,7%	30,3%	-2,6 p.p.

* 12 últimos meses

1 - Em 2013, com a finalidade de adequar a apresentação da receita líquida ao disposto no CPC 30 (R1) – Receitas, foi efetuada a reclassificação da despesa com verbas diretas, classificadas em despesas com vendas, para dedução da receita bruta, em abatimentos.

2 - Os valores apresentados nos 4ºs trimestres de 2012 e 2013 são referentes ao bimestre out/nov.

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

Ainda que a produção mundial de trigo na safra 2013/14, segundo o *United States Department of Agriculture - USDA* de 10 de dezembro, tenha sido recorde com produção de 711 milhões de toneladas, o abastecimento de trigo no Mercosul em 2013 foi o mais crítico já registrado, com alta volatilidade de preços e riscos de desabastecimento, especialmente para moinhos da Argentina e do sul do Brasil.

Uma série de eventos climáticos e políticos colocou em risco o abastecimento de trigo no Mercosul de forma inédita. A Argentina, tradicional principal fornecedor do Brasil, segue com forte intervenção governamental na comercialização, e, em meados do primeiro semestre, suspendeu as exportações de trigo e de farinha para garantir o abastecimento interno, uma vez que importações de trigo são proibidas, informalmente, pelo Governo local. Uma sequência de severas geadas em junho/julho reduziu em mais de 50% as safras do Paraná e do Paraguai. Com o fim dos estoques de trigo nacional, no Mercosul foi necessário recorrer a importações dos Estados Unidos e Canadá para abastecer os moinhos do sul do Brasil, o que não é usual em período de safra brasileira.

Com a necessidade a partir de maio de importar trigo dos Estados Unidos e do Canadá, os trigos mais caros do mundo, e preocupado com o impacto inflacionário, o Governo brasileiro isentou as importações de trigo do pagamento da Tarifa Externa Comum do Mercosul - TEC, utilizando um sistema de quotas que limitava o volume e o período de chegada dos navios nos portos brasileiros para usufruir da isenção, com importantes implicações operacionais aos moinhos.

Mercado Internacional:

Com aumento na produção e redução do uso de trigo para ração, por conta das melhores condições de abastecimento de milho, houve recuperação dos estoques finais que ficaram em 183 milhões de toneladas contra as 176 milhões da safra anterior.

As cotações na Bolsa de Kansas para a primeira posição recuaram de USD 8,18/bu



(bushel = 27,2 kg) em janeiro/13 para USD 6,45/bu em dezembro/13. Os prêmios de exportação no mercado americano foram pressionados pela demanda adicional do Brasil que importou 3,5 milhões de toneladas dos Estados Unidos em 2013, superando pela primeira vez em décadas as importações da Argentina.

Safras recordes no Canadá e na Europa, com recuperação da safra Russa, devolveram tranquilidade ao mercado mundial no segundo semestre de 2013, em cenário muito diferente da situação crítica do Mercosul. Por falta de acordos fitossanitários com outros fornecedores, as importações do Brasil extra-Mercosul são limitadas aos EUA e ao Canadá.

Os preços *Free On Board* - FOB nos principais mercados (EUA e Argentina) oscilaram entre USD 310 e USD 360 por tonelada no ano de 2013.

Mercado Nacional

Com uma safra 2012 de apenas 4,4 milhões de toneladas e a pouca oferta de trigo no Mercosul, a expectativa em relação à safra 2013, com colheita no Paraná a partir de agosto, era de que a produção reduzisse a necessidade de importação americana. Os estoques reguladores do governo, de 482 mil toneladas, foram leiloados e vendidos para os moinhos até julho. A safra brasileira 2013 está estimada em 5,4 milhões de toneladas, e a demanda total (moagem + sementes) em mais de 12 milhões de toneladas/ano.

Com a valorização do dólar e as dificuldades de acesso ao trigo importado pelos moinhos do interior, os pequenos saldos de trigo nacional foram comercializados em agosto e setembro acima de R\$ 1,0 mil a tonelada, novo recorde histórico. Com o avanço da colheita da safra paranaense, os preços estabilizaram entre de R\$ 800-900/t no Paraná, superior aos R\$ 650-700/t praticados no início de 2013.

Com a chegada da safra do Rio Grande do Sul em outubro, recorde com mais de 3,2 milhões de toneladas, o abastecimento dos moinhos do sul do Brasil foi equacionado, mas permanece o quadro de abastecimento nacional apertado até a nova safra em agosto/14. Os preços do trigo no interior do Rio Grande do Sul iniciaram 2013 entre R\$ 500-550/t, atingindo o teto de R\$ 800-850/t em setembro e recuando para R\$ 600-640/t em dezembro.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO E PANIFICAÇÃO

A receita bruta da Companhia, nos dois segmentos em que atua totalizou R\$ 446,6 milhões no 4T13, um aumento de 19,4% em relação à igual período de 2012 (R\$ 373,9 milhões). A margem passou de 27,1% no 4T12 para 28,5% no 4T13.

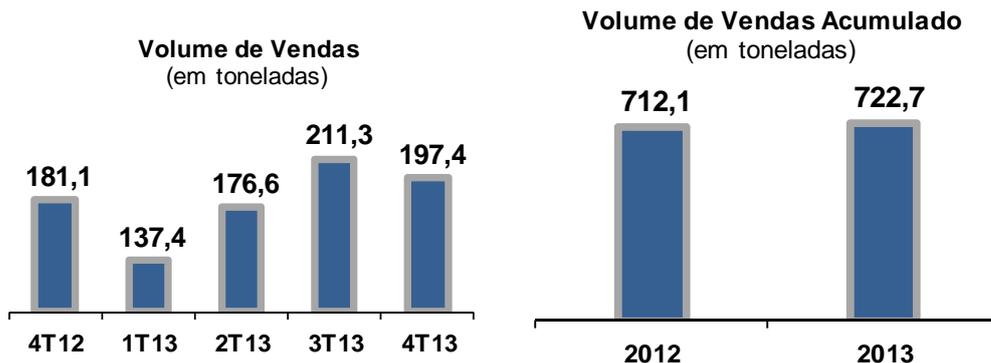
No ano de 2013, a receita bruta totalizou R\$ 1.540,2 milhões, um aumento de 14,7% quando comparada a 2012 (R\$ 1.342,6 milhões). As margens foram superiores: 29,7% em 2013 em contrapartida 29,4% em 2012.



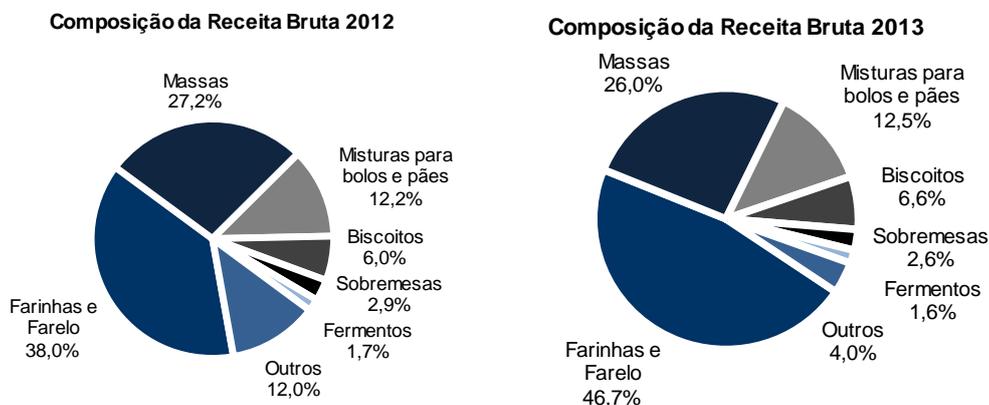
VENDAS

O volume de vendas apresentou um crescimento de 9,0% no 4T13 em comparação ao mesmo período do ano de 2012, atingindo 197,4 mil toneladas. A receita líquida apresentou crescimento de 14,5% para o mesmo período de comparação. Tal crescimento deu-se a despeito do enquadramento de margens e da adequação de nossa política comercial nas diversas categorias e canais.

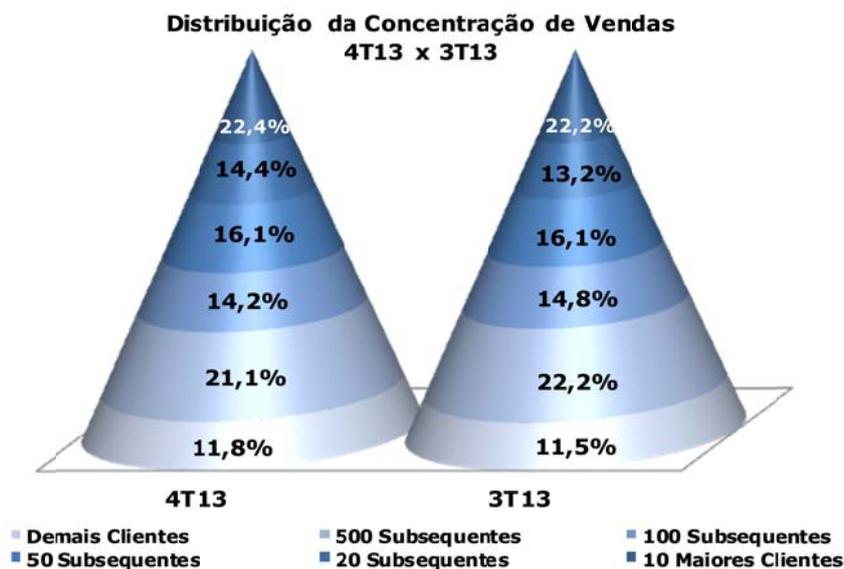
Toneladas	4T13	4T12	4T13 X 4T12 (%)	2013	2012	2013 X 2012 (%)
Farinhas e farelo	137.968	111.761	23,4%	494.390	439.424	12,5%
Massas	37.324	40.505	-7,9%	137.868	153.097	-9,9%
Misturas para bolos e pães	13.275	12.050	10,2%	46.421	43.716	6,2%
Biscoitos	4.451	4.815	-7,6%	17.627	18.321	-3,8%
Sobremesas	959	1.052	-8,8%	2.775	3.049	-9,0%
Fermentos	379	329	15,3%	1.281	1.243	3,1%
Outros	3.079	10.542	-70,8%	22.337	53.287	-58,1%
Total	197.436	181.054	9,0%	722.701	712.137	1,5%



Com o retorno ao mercado de farinhas e misturas para uso profissional, a Companhia eleva suas vendas nestas categorias, aumentando o percentual das mesmas na composição da receita bruta. A expressiva redução no volume de vendas classificado como outros, deveu-se principalmente ao término do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que a Companhia vinha executando com a Bunge Alimentos S.A.

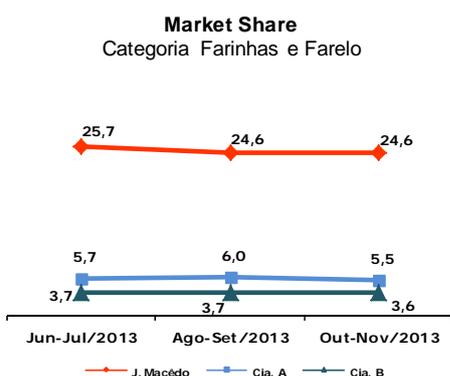


Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 22,4% das vendas brutas, ficando em linha com o trimestre anterior.



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

Farinhas e Farelo:



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas recuou 7,2% do ano móvel 2012 (Dez-11/Jan-12 a Out/Nov-12) para 2013 (Dez-12/Jan-13 a Out/Nov-13). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu de 24,5% para 24,6% na leitura dos bimestres de Ago/Set-13 x Out/Nov-13.

A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.

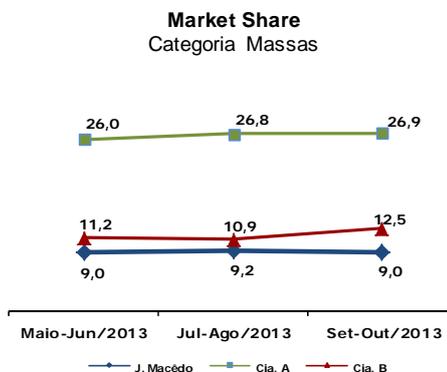
A categoria de Farinhas e Farelo representou 47,1% da receita bruta da Companhia no 4T13 (4T12: 38,2%). A receita nesta categoria aumentou 47,1% do 4T12 para o 4T13, sustentada principalmente pelo reingresso no segmento de panificação e pelo reposicionamento de preços da categoria.

No ano de 2013, a receita foi de R\$ 718,7 milhões, apresentando um crescimento de 40,9% quando comparada ao ano de 2012 (R\$ 510,0 milhões).



Massas:

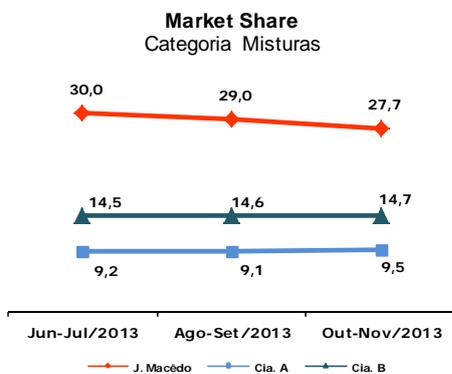
Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas recuou 0,02pp, mantendo-se praticamente estável, do ano móvel 2012 (Nov/Dez-11 a Set/Out-12) para 2013 (Nov/Dez-12 a Set/Out-13). A participação de mercado em volume da Companhia recuou de 9,7% para 9,0% na leitura dos bimestres de Set/Out-12 e Set/Out-13, respectivamente.



A categoria de Massas representou 25,4% da receita bruta da Companhia no 4T13 (4T12: 26,3%). A receita nesta categoria aumentou 15,3% do 4T12 para o 4T13, impactada pelo reposicionamento de preço devido alta no preço do trigo em relação ao ano de 2012 e pela adequação de nossa política comercial adicionado aos lançamentos ocorridos no período. Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

No ano de 2013, a receita foi de R\$ 400,6 milhões, apresentando um crescimento de 9,5% quando comparada ao ano de 2012 (R\$ 365,8 milhões).

Misturas:



São Paulo.

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 1,9% do ano móvel 2012 (Dez-11/Jan-12 a Out/Nov-12) para 2013 (Dez-12/Jan-13 a Out/Nov-13). A participação de mercado em volume da Companhia reduziu de 29% para 27,7% na leitura dos bimestres de Ago/Set-13 x Out/Nov-13. A redução de share é explicada pelo aumento do índice de preço de alguns produtos, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, como também na região da Grande

A categoria de Misturas representou 12,2% da receita bruta da Companhia no 4T13 (4T12: 12,2%). A receita nesta categoria aumentou 19,3% do 4T12 para o 4T13, impactada pelo reposicionamento de preços, lançamento de novos produtos e melhoria no mix de vendas dentro das categorias.

No ano de 2013, a receita foi de R\$ 192,5 milhões, apresentando um crescimento de 17,5% quando comparada ao ano de 2012 (R\$ 163,8 milhões).



Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 5,7% da receita bruta da Companhia no 4T13 (4T12: 5,9%). A receita nesta categoria aumentou 14,3% do 4T12 para o 4T13. No ano de 2013, a receita foi de R\$ 101,6 milhões, apresentando um crescimento de 25,9% quando comparada ao ano de 2012 (R\$ 80,7 milhões).

A categoria de Sobremesas representou 3,0% da receita bruta da Companhia no 4T13 (4T12: 3,5%). A receita nesta categoria aumentou 1,8% do 4T12 para o 4T13. No ano de 2013, a receita foi de R\$ 39,7 milhões, apresentando um aumento de 2,4% quando comparada ao ano de 2012 (R\$ 38,8 milhões).

A categoria de Fermentos representou 1,6% da receita bruta da Companhia no 4T13 (4T12: 1,5%). A receita nesta categoria cresceu 23,6% do 4T12 para o 4T13. No ano de 2013, a receita foi de R\$ 25,2 milhões, apresentando um crescimento de 13,6% quando comparada ao ano de 2012 (R\$ 22,2 milhões).

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores	4T13	4T12	4T13 X 4T12 (%)	2013	2012	2013 X 2012 (%)
Receita Bruta	446,6	373,9	19,4%	1.540,2	1.342,6	14,7%
Receita Líquida de Impostos	389,0	339,6	14,5%	1.354,9	1.193,0	13,6%
Lucro Bruto	124,3	106,1	17,2%	445,0	384,3	15,8%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	32,0%	31,2%	0,8 p.p.	32,8%	32,2%	0,6 p.p.
Resultado antes do IR	16,3	55,6	-70,7%	55,4	82,6	-32,9%
Margem Operacional (%)	4,2%	16,4%	-12,9 p.p.	4,1%	6,9%	-3,0 p.p.
EBITDA*	101,0	83,0	21,7%	101,0	83,0	21,7%
Margem EBITDA (%)*	7,5%	7,0%	0,5 p.p.	7,5%	7,0%	0,5 p.p.

* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

A receita bruta no 4T13 totalizou R\$ 446,6 milhões, apresentando um crescimento de 19,4% em relação aos R\$ 373,9 milhões registrados no 4T12.

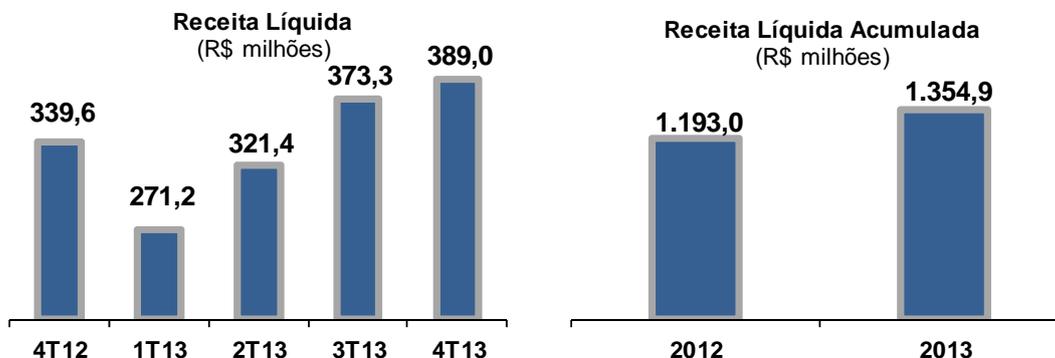
No ano de 2013, a receita bruta somou R\$ 1.540,2 milhões, apresentando um crescimento de 14,7% em relação aos R\$ 1.342,6 milhões registrados no ano de 2012.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 389,0 milhões no 4T13, um crescimento de 14,5% em relação ao 4T12 (R\$ 339,6 milhões).



No ano de 2013, a receita líquida somou R\$ 1.354,9 milhões, apresentando um crescimento de 13,6% em relação aos R\$ 1.193,0 milhões registrados no ano de 2012.



A partir de janeiro de 2013, começou a vigorar a medida provisória emitida pelo Governo Federal, sobre a desoneração da folha de pagamento para empresas de alguns setores.

Esta legislação permitiu que o cálculo da contribuição patronal do INSS tivesse como base o faturamento da Companhia, para a receita adquirida a partir dos produtos industriais enquadrados na Medida, e não mais a folha de pagamento.

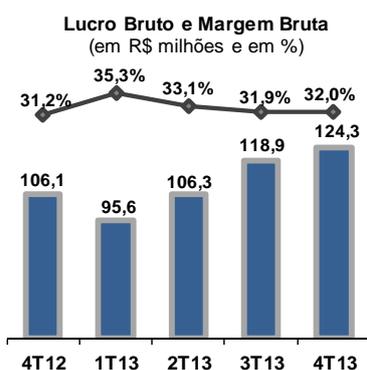
A Companhia registrou como INSS sobre faturamento o valor de R\$ 1,9 milhões no 4T13 e de R\$ 6,2 milhões no ano de 2013, o que representou uma redução no crescimento da receita líquida apresentado.

CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 4T13 totalizaram R\$ 264,7 milhões, equivalentes a 68,0% da receita líquida, comparados aos R\$ 233,5 milhões (68,8% da receita líquida) registrados no 4T12.

No ano de 2013, os custos de bens e/ou serviços vendidos somaram R\$ 909,9 milhões, equivalentes a 67,2% da receita líquida, comparados aos R\$ 808,7 milhões (67,8% da receita líquida) registrados no ano de 2012.

LUCRO BRUTO



O lucro bruto do 4T13 foi de R\$ 124,3 milhões, um aumento de 17,2% com relação aos R\$ 106,1 milhões registrados no 4T12. No trimestre, este lucro representa 32,0% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 31,2%.

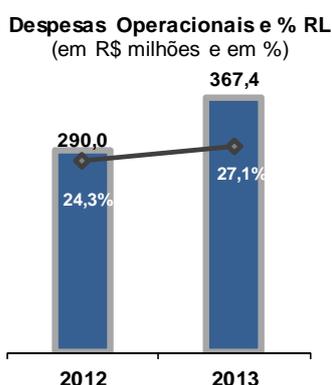
No ano de 2013, o lucro bruto foi de R\$ 445,0 milhões, equivalentes a 32,8% da receita líquida, um acréscimo de



15,8% quando comparados aos R\$ 384,3 milhões (32,2% da receita líquida) registrados no ano de 2012.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 4T13 totalizaram R\$ 99,3 milhões, correspondentes a 25,5% da receita líquida do mesmo período, 106,0% acima dos R\$ 48,2 milhões registrados no 4T12 (14,2% da receita líquida).



No ano de 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 367,4 milhões, equivalentes a 27,1% da receita líquida, um acréscimo de 26,7% quando comparados aos R\$ 290,0 milhões (24,3% da receita líquida) registrados no ano de 2012.

Em 2013 reclassificamos as verbas contratuais diretas, das despesas com vendas para deduções da receita bruta. No ano de 2013 as verbas diretas totalizaram R\$ 28,3 milhões (2012: R\$ 24,7 milhões) e no 4T13 o valor foi de R\$ 8,4 milhões (4T12: R\$ 6,5 milhões).

As despesas com vendas foram impactadas pelo incremento da equipe de promotores de vendas e as novas operações logísticas incorridas com o término do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que a Companhia vinha executando com a Bunge Alimentos S.A.

Com relação às outras despesas e receitas operacionais, o impacto foi devido ao ganho líquido de ajuste a valor justo das propriedades para investimento. No ano de 2013 foram registrados R\$ 3,3 milhões de ganho, um montante 91,1% menor que o registrado no ano de 2012 (R\$ 37,3 milhões).

Despesas Operacionais	4T13	4T12	4T13 X 4T12 (%)	2013	2012	2013 X 2012 (%)
Vendas	(72,5)	(54,6)	32,8%	(250,2)	(200,8)	24,6%
Gerais e Administrativas	(26,5)	(25,5)	3,9%	(98,1)	(103,1)	-4,8%
Honorários da Administração	(1,6)	(1,5)	6,7%	(6,3)	(6,5)	-3,1%
Depreciação/Amortização	(3,6)	(3,5)	2,9%	(14,2)	(13,7)	3,6%
Outras Despesas/ Receitas	4,9	36,9	-86,7%	1,4	34,1	-95,9%
Total	(99,3)	(48,2)	106,0%	(367,4)	(290,0)	26,7%

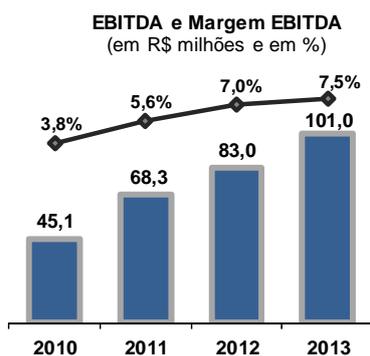
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	2013	2012	2013 X 2012 (%)
Receitas Financeiras	38,5	21,4	-66,8%
Despesas Financeiras	(60,8)	(33,2)	-71,4%
Total	(22,3)	(11,8)	89,0%



A Companhia registrou, no ano de 2013, resultado financeiro líquido de R\$ 22,3 milhões de despesas, um aumento de 89,0% comparado aos R\$ 11,8 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado pelo aumento de recursos para capital de giro.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA



Como consequência dos aspectos comentados anteriormente, a Companhia encerra o 4T13 com lucro operacional de R\$ 16,3 milhões, totalizando o ano de 2013 com um lucro operacional de R\$ 55,4 milhões.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 4T13 totalizou R\$ 28,5 milhões (margem de 7,3% da receita líquida), que representou acréscimo de 4,4% em relação aos R\$ 27,3 milhões (margem de 8,0% da receita líquida) no mesmo período do ano passado.

O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 101,0 milhões (margem de 7,5% da receita líquida), acima dos R\$ 83,0 milhões (7,0% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA	2013	2012
Lucro antes do IR e CS - LAIR	55,4	82,6
Depreciação/ Amortização Custos	12,4	12,2
Depreciação/ Amortização Despesas	14,2	13,7
Resultado Financeiro	22,3	11,8
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3,3)	(37,3)
EBITDA	101,0	83,0

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 4T13 foi de R\$ 16,5 milhões, com margem líquida de 4,2%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 40,1 milhões, com margem líquida de 11,8%.

O lucro líquido no ano de 2013 fechou em R\$ 51,1 milhões (margem líquida de 3,8%), que representa uma redução de 17,0% quando comparado com R\$ 61,6 milhões do ano de 2012 (margem líquida de 5,2%).

A variação no lucro líquido entre os anos de 2013 e 2012 foi impactada pela redução do ganho líquido de ajuste a valor justo das propriedades para investimento, conforme apresentado no item de Despesas Operacionais.



ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2013	2012	2013 X 2012 (%)	3T13	2013 X 3T13 (%)
Curto Prazo	106,2	67,1	58,3%	92,0	15,4%
Empréstimos e Financiamentos	106,2	67,1	58,3%	92,0	15,4%
Longo Prazo	183,0	113,2	61,7%	224,0	-18,3%
Empréstimos e Financiamentos	80,3	113,2	-29,1%	124,0	-35,2%
Debêntures	102,7	-	N/A	100,0	2,7%
Total Endividamento	289,2	180,3	60,4%	316,0	-8,5%
(-) Caixa	(100,7)	(74,0)	36,1%	(151,0)	-33,3%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(18,5)	(10,4)	77,9%	(15,4)	20,1%
Dívida Líquida	170,0	95,9	77,3%	149,6	13,6%

O endividamento líquido no 4T13 foi maior em 13,6% quando comparado com o 3T13. O crescimento deve-se principalmente ao aumento do estoque de matéria-prima frente ao cenário adverso de preços de trigo e à execução do plano de investimentos da Companhia.

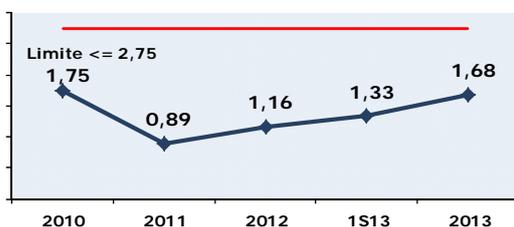
Em 2013, a Companhia contratou uma nova operação de debêntures, do tipo simples não conversíveis em ações, com esforços restritos no montante total de R\$ 100,0 milhões. O valor do principal será amortizado em 07 parcelas semestrais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (30 de setembro de 2018).

Covenants	2013	2012	2013 X 2012 (%)	3T13	2013 X 3T13 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda \leq 2,75	1,68	1,16	44,8%	1,51	11,3%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido \leq 1,50	0,73	0,47	55,3%	0,81	-9,9%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas \geq 1,75	4,53	7,02	-35,5%	6,25	-27,5%

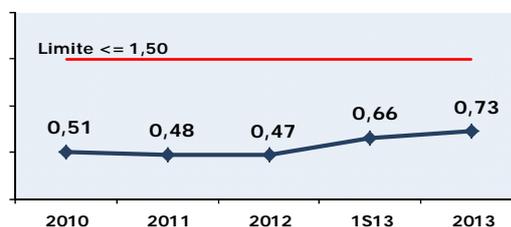
Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.



Dívida financeira líquida/Ebitda



Dívida total/Patrimônio líquido



Ebitda/Despesas financeiras líquidas



INVESTIMENTOS

No 4T13, o total de investimentos da Companhia em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 43,7 milhões, um aumento de 533,3% em relação aos R\$ 6,9 milhões em investimentos no 4T12.

No ano de 2013, o total de investimentos da Companhia somou R\$ 80,3 milhões, um aumento de 216,1% em relação aos R\$ 25,4 milhões em investimentos no ano de 2012.

Em dezembro de 2013, a Companhia adquiriu uma unidade fabril situada em Londrina – PR, a qual pertencia a sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., pelo valor de R\$ 13,9 milhões. No 4T13, ocorreram ainda investimentos em obras que estão em andamento no estado da Bahia com montante de R\$ 15,6 milhões.

No mesmo período, a Companhia também adquiriu 100% da participação societária da empresa Cipolin S.A., sediada no Uruguai, pelo valor de R\$ 2,9 milhões, que pertencia a sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A..

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades: Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. e Cipolin S.A. como controladas, e Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda, como controlada em conjunto.

As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.



Recursos Humanos

Identificar, desenvolver e reter os talentos tem sido os principais desafios da área de Recursos Humanos. Entre as iniciativas que mais contribuíram para estes desafios estão a implantação da metodologia de Carreira e Sucessão, com aplicação do *Talent Pool* para gestores de 1ª linha de reporte à Diretoria, a ampliação em 170% do número de beneficiados com o subsídio de Bolsa Educacional, a realização de encontros de lideranças de todo o Brasil e a aplicação do 3º Ciclo de Pesquisa de Clima.

Um dado relevante no que tange ao engajamento do time é o crescimento do índice de favorabilidade da J. Macêdo, posicionando a empresa pela 1ª vez com pontuação superior a média das empresas atendidas pelo *Hay Group*.

Na busca permanente pelo fortalecimento da confiança, ética e transparência no relacionamento com nossos funcionários, parceiros de negócio e mercado, a J. Macêdo lançou o Conduta Ética, um canal de comunicação exclusivo para que funcionários e fornecedores registrem de forma segura e, se desejada, anônima, condutas que considerem antiéticas ou que violem o Código de Ética e Conduta da J. Macêdo ou a legislação vigente. A iniciativa está em consonância com as melhores práticas de Gestão com Ética e Governança Corporativa, respeito aos Direitos Humanos e à concorrência leal.

Perspectivas

A Companhia segue consistente em seu processo de transformação e crescimento com rentabilidade iniciado em 2011 através de um contínuo foco na gestão apropriada e rentabilização de nossas categorias e nossos canais de distribuição. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e dos canais de vendas, incluindo a implementação de controles eficientes na nossa política comercial, combinada com a maior eficiência na logística e na produção e a reentrada da Companhia no segmento de Panificação são os pilares para o aumento da rentabilidade no ano de 2013.

Para 2014, ano das comemorações dos nossos 75 anos de atividades, antevemos um cenário mais competitivo nos produtos cujos insumos estão sujeitos aos impactos da variação cambial, potencialmente afetando as margens de nossas categorias, com especial atenção a massas. Reforçaremos a atratividade dos nossos produtos para clientes e consumidores por meio da inovação e de investimentos potencializando a força das nossas marcas e dos mercados onde somos melhores, criando vantagens competitivas e aumentando a lucratividade. A J. Macêdo acredita na força diferenciada de suas marcas, na expansão contínua de seu portfólio e no crescente resultado do seu nível de serviço como ferramentas eficazes para o crescimento do seu posicionamento de mercado.



Pretendemos preservar as condições de rentabilidade nas categorias onde a J. Macêdo detem liderança de mercado e monitorar o comportamento do posicionamento de mercado de nossos principais concorrentes frente ao cenário de custos mencionado, no sentido de uma consequente manutenção da rentabilidade nas demais categorias. E por fim, reafirmamos a manutenção de nossa estratégia de posicionamento de nossas marcas em nossos canais de atuação.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - Ceará

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da J. Macêdo S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 Reclassificado	2013	2012 Reclassificado			2013	2012 Reclassificado	2013	2012 Reclassificado
Caixa e equivalentes a caixa	6	69.649	73.986	100.658	74.087	Obrigações sociais e trabalhistas		26.421	19.596	26.495	19.795
Contas a receber		145.805	104.793	145.611	104.889	Fornecedores	18	66.672	37.343	66.700	37.364
Contas a receber de clientes	7	140.361	97.921	140.490	97.985	Tributos a recolher	19	17.261	9.644	17.285	9.644
Outras contas a receber		5.444	6.872	5.121	6.904	Imposto de renda e contribuição social		266	2.271	333	2.344
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	11	-	-	2.213	-	Empréstimos e financiamentos		113.003	73.709	106.204	67.097
Estoques	8	177.537	143.569	146.779	143.592	Com terceiros	21	106.204	67.097	106.204	67.097
Impostos e contribuições sociais a compensar	9	54.979	36.863	55.017	36.904	Com partes relacionadas	11	6.799	6.612	-	-
Despesas antecipadas		2.617	2.384	2.640	2.404	Financiamento de impostos	20	2.015	2.418	2.015	2.418
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	3.693	3.758	3.693	3.758	Arrendamentos mercantis financeiros	16.5	12.006	12.359	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	14.007	4.068	17.566	4.068	Dividendos e JCP a pagar	26.7	3	7.303	5	7.303
Total do ativo circulante		468.287	369.421	474.177	369.702	Verbas diretas		4.321	3.286	4.321	3.286
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	11	16	2.792	16	2.792	Frete a pagar		9.096	8.308	9.096	8.308
Outros ativos não circulantes		14.381	17.425	14.381	17.425	Instrumentos financeiros derivativos	33	-	942	1.895	942
Impostos e contribuições sociais a compensar	9	11.514	10.145	11.514	10.145	Outras contas a pagar	23	12.351	22.554	12.445	22.579
Instrumentos financeiros derivativos	33	2.867	7.280	2.867	7.280	Total do passivo circulante		263.415	199.733	246.794	181.080
Outras contas a receber		8.408	6.317	8.408	6.339	Empréstimos e financiamentos		80.282	113.225	80.282	113.225
Investimentos	14	37.309	34.053	64	64	Com terceiros	21	80.282	113.225	80.282	113.225
Propriedades para investimentos	15	63.984	60.682	63.984	60.682	Debêntures	22	102.670	-	102.670	-
Imobilizado	16	277.906	219.399	288.860	230.498	Tributos a recolher	19	8.049	5.814	8.049	5.814
Intangível	17	8.969	11.080	15.368	17.479	Financiamento de impostos	20	2.650	1.915	2.650	1.915
Total do ativo não circulante		410.973	351.748	391.081	335.279	Outras contas a pagar	23	6.486	9.237	6.486	9.237
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	9.234	3.321	11.675	5.762
						Provisão para contingências	24	8.245	7.762	8.399	7.762
						Total do passivo não circulante		217.616	141.274	220.211	143.715
						Patrimônio líquido	26				
						Capital social		197.873	197.873	197.873	197.873
						Reservas de capital		601	601	601	601
						Reserva de lucros		175.876	157.579	175.876	157.579
						Ajustes de avaliação patrimonial		23.879	24.109	23.879	24.109
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		398.229	380.162	398.229	380.162
						Participação de não controladores		-	-	24	24
						Total do patrimônio líquido		398.229	380.162	398.253	380.186
						Total do passivo		481.031	341.007	467.005	324.795
Total do ativo		879.260	721.169	865.258	704.981	Total do passivo e patrimônio líquido		879.260	721.169	865.258	704.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2013	2012 Reclassificado	2013	2012 Reclassificado	
Operações em continuidade					
Receita líquida de vendas	28	1.350.948	1.191.916	1.354.911	1.193.048
Custo das vendas	29	(907.083)	(808.208)	(909.893)	(808.712)
Lucro bruto		443.865	383.708	445.018	384.336
Despesas com vendas	29.2	(250.177)	(200.808)	(250.177)	(200.808)
Despesas gerais e administrativas	29.2	(97.735)	(102.739)	(98.140)	(103.057)
Honorários da administração	12	(6.251)	(6.510)	(6.251)	(6.510)
Depreciação e amortização	16	(14.048)	(13.479)	(14.237)	(13.663)
Outras receitas operacionais líquidas	31	1.405	34.144	1.408	34.144
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.245	1.343	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		79.304	95.659	77.621	94.442
Receitas financeiras	32	37.689	21.353	38.549	21.412
Despesas financeiras	32	(61.943)	(34.670)	(60.820)	(33.238)
Despesas financeiras líquidas		(24.254)	(13.317)	(22.271)	(11.826)
Resultado antes dos impostos		55.050	82.342	55.350	82.616
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	13	6	(4.724)	(294)	(4.998)
Diferido	13	(3.999)	(16.029)	(3.999)	(16.029)
		(3.993)	(20.753)	(4.293)	(21.027)
Lucro líquido do exercício		51.057	61.589	51.057	61.589
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	27	2,33861	2,82102		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:					
Ordinárias		11.496.411	11.496.411		
Preferenciais		10.335.786	10.335.786		
		21.832.197	21.832.197		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	51.057	61.589	51.057	61.589
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	55	-	55	-
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	51.112	61.589	51.112	61.589
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	51.112	61.589	51.112	61.589
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	51.112	61.589	51.112	61.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais						
Saldos em 1 de janeiro de 2012	197.873	601	8.169	-	94.662	24.571	-	325.876	24	325.900	
Outros resultados abrangentes											
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(462)	462	-	-	-	
Lucro líquido do exercício							61.589	61.589	-	61.589	
Destinação do lucro											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(7.303)	(7.303)	-	(7.303)	
Constituição de reserva legal (Nota 26.6)	-	-	3.079	-	-	-	(3.079)	-	-	-	
Dividendos complementares	-	-	-	21.908	-	-	(21.908)	-	-	-	
Reserva de incentivos fiscais (Nota 25)	-	-	-	-	29.761	-	(29.761)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	197.873	601	11.248	21.908	124.423	24.109	-	380.162	24	380.186	
Transações de capital com os sócios											
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(21.908)	445	-	-	(21.463)	-	(21.463)	
Outros resultados abrangentes											
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(285)	285	-	-	-	
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	55	-	55	-	55	
Lucro líquido do exercício							51.057	51.057	-	51.057	
Destinação do lucro											
Dividendos complementares	-	-	-	1.521	-	-	(1.521)	-	-	-	
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(11.582)	(11.582)	-	(11.582)	
Constituição de reserva legal (Nota 26.6)	-	-	2.553	-	-	-	(2.553)	-	-	-	
Reserva de incentivos fiscais (Nota 25)	-	-	-	-	35.686	-	(35.686)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	197.873	601	13.801	1.521	160.554	23.879	-	398.229	24	398.253	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	51.057	61.589	51.057	61.589
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	25.628	24.914	25.800	24.985
Equivalência patrimonial	(2.245)	(1.343)	-	-
Resultado de ativo imobilizado baixado	3.567	1.694	3.567	1.694
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	(614)	1.105	(614)	1.105
Constituição de provisão para contingências	1.272	881	1.426	881
Constituição de provisão para perdas em estoque	1.932	1.024	1.932	1.024
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	33.688	13.587	34.193	13.914
IR e CS diferidos	5.913	16.029	5.913	16.029
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(14.877)	(38.836)	(14.877)	(38.836)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(41.449)	(13.057)	(41.514)	(12.994)
Estoques	(35.900)	(52.698)	(5.119)	(52.698)
Impostos e contribuições sociais a compensar	(19.485)	(7.463)	(19.482)	(7.473)
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	2.776	1.111	2.776	1.111
Títulos disponíveis para venda	-	4.159	-	4.159
Bens destinados para venda	65	-	65	-
Outros créditos	(896)	(1.355)	(898)	(1.355)
Fornecedores	29.329	(3.811)	29.328	(3.810)
Tributos a recolher	7.847	(2.717)	7.865	(2.703)
Financiamento de impostos	332	(192)	332	(192)
Obrigações sociais e trabalhistas	6.825	2.729	6.700	2.783
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	187	747	(30.781)	-
Frete a pagar	788	1.252	788	1.252
Provisão para contingências	(1.523)	(4.370)	(1.523)	(4.370)
Outras contas a pagar	(11.919)	1.459	(11.908)	1.483
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	42.298	6.438	45.026	7.578
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(2.850)	-	(2.850)	-
Intangível	(5.317)	(1.730)	(5.317)	(1.730)
Imobilizado	(80.274)	(25.255)	(80.301)	(25.255)
Recebimento de dividendos	1.517	1.533	-	-
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	(86.924)	(25.452)	(88.468)	(26.985)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(40.345)	-	(40.345)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	104.756	90.984	104.756	90.984
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(118.870)	(66.877)	(124.386)	(66.877)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(10.359)	(8.562)	(10.359)	(8.562)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	5.107	(8.736)	4.400	(8.736)
Captação de debêntures	100.000	-	100.000	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	40.289	6.809	34.066	6.809
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	145	-
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(4.337)	(12.205)	(9.231)	(12.598)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	73.986	86.191	109.889	86.685
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	69.649	73.986	100.658	74.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas	1.528.880	1.366.189	1.530.475	1.368.301
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.535.568	1.340.961	1.537.163	1.343.069
(-) Abatimentos e descontos	(16.852)	(14.760)	(16.852)	(14.760)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/ (constituição)	(606)	(1.017)	(606)	(1.017)
Outras receitas	10.770	41.005	10.770	41.009
Insumos adquiridos de terceiros	(1.154.830)	(1.017.836)	(1.154.926)	(1.018.986)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(845.845)	(748.516)	(845.663)	(749.466)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(296.978)	(260.831)	(297.094)	(260.937)
Perda/ recuperação de valores ativos	(2.986)	(912)	(2.986)	(912)
Outros	(9.021)	(7.577)	(9.183)	(7.671)
Valor adicionado bruto	374.050	348.353	375.549	349.315
Depreciação e amortização	(25.878)	(24.972)	(26.067)	(25.156)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	348.172	323.381	349.482	324.159
Valor adicionado recebido em transferência	39.934	22.695	38.549	21.411
Resultado de equivalência patrimonial	2.245	1.343	-	-
Receitas financeiras	37.689	21.352	38.549	21.411
Valor adicionado total a distribuir	388.106	346.076	388.031	345.570
Distribuição do valor adicionado	388.106	346.076	388.031	345.570
Pessoal	143.856	130.334	143.967	130.434
Remuneração direta	88.049	82.837	88.125	82.909
Honorários da administração	6.251	6.510	6.251	6.510
Benefícios	24.860	22.559	24.869	22.566
FGTS	8.435	8.024	8.435	8.024
Participação dos empregados nos lucros	13.395	7.724	13.395	7.724
Outros gastos	2.866	2.680	2.892	2.701
Impostos, taxas e contribuições	114.846	104.217	115.784	105.042
Federais	38.290	48.992	39.008	49.656
Estaduais	74.860	53.567	74.860	53.567
Municipais	1.696	1.658	1.916	1.819
Remuneração de capitais de terceiros	78.347	49.936	77.223	48.475
Despesas financeiras	61.943	34.669	60.820	33.208
Aluguéis e leasing	16.404	15.267	16.403	15.267
Remuneração de capitais próprios	51.057	61.589	51.057	61.619
Juros sobre capital próprio e dividendos	11.582	-	11.582	30
Incentivos fiscais	35.686	29.761	35.686	29.761
Lucros retidos no exercício	3.789	31.828	3.789	31.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões nordeste, sudeste e sul, e centros de distribuição por todo o Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Aquisição da empresa Cipolin S.A.

A J. Macêdo S.A., a J. Macêdo Alimentos S.A. e a Cipolin S.A. são partes do mesmo grupo econômico que explora operações comerciais e industriais nos ramos de alimentação em geral. Neste sentido, a Administração das sociedades analisou alternativas para a melhor condução de suas atividades e políticas gerenciais, levando-se em consideração a intenção de racionalizar custos e incrementar os negócios no País, através da consolidação de suas atividades.

Desta maneira, em dezembro de 2013, a J. Macêdo S.A. adquiriu, de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., a totalidade das ações que compõem o capital social da empresa Cipolin S.A., com sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai.

A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da J. Macêdo S.A. em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013, nos termos do art. 15, “i”, do Estatuto Social.

A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação.

A aquisição foi realizada pelo valor total de R\$ 2.850, pagos à vista, que corresponde ao valor patrimonial das ações da Cipolin S.A., com base nas Demonstrações Financeiras da mesma, levantadas em 30 de novembro de 2013.

Tal evento societário não causou quaisquer alterações no quadro acionário da Companhia.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

	Acervo líquido adquirido em 30.11.2013
Ativo circulante	
Caixa e equivalente a caixa	13.665
Aplicações financeiras	22.138
Contas a receber	4.173
Outros créditos	2.192
Total do ativo circulante	42.168
Total do ativo	42.168
Passivo circulante	
Fornecedores	34.729
Empréstimos e financiamentos	4.572
Outras contas a pagar	17
Total do passivo circulante	39.318
Total do passivo	39.318
Patrimônio líquido	
Capital social	10.575
Lucros acumulados	(7.725)
Total do patrimônio líquido	2.850
Total do passivo e patrimônio líquido	42.168

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2014.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A. que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, quando aplicáveis, e as propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios a empregados de curto prazo, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		2013	2012
a) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,9	99,9
b) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	-
c) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

- (a) **Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de "Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.", detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.
- (b) **Cipolin (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de "Cipolin S.A.", detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, conforme informado na nota explicativa 2.
- (c) **Tergran (sociedade de capital fechado)** - A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (joint operation). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Controladas e operação controlada em conjunto

As demonstrações financeiras das controladas e da operação controlada em conjunto são

incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesa, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas e da operação controlada em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando ocorrer perda de controle sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das controladas no momento da perda de controle e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

A Companhia possui como operação controlada em conjunto a Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda (Tergran) e como controladas, a Pico da Caledônia e a Cipolin, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

4.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

4.3.1 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

4.3.2 Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

4.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

- Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

4.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida ao valor justo e registrado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando o Grupo recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas demonstrações financeiras ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 25.

4.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap”, demonstradas na nota explicativa 33.

Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) empréstimos e recebíveis; e (ii) passivos financeiros não derivativos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. O mesmo critério é utilizado para a qualificação de um investimento como equivalente de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com partes relacionadas.

Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios anuais conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

4.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda.

Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, no circulante, os ativos são remensurados, pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos em excesso sobre qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável.

Uma vez classificados como mantidos para venda, o imobilizado não é depreciado.

4.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos.

4.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

A Companhia optou por reavaliar os terrenos, edificações/ instalações, máquinas e equipamentos, pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais.

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde à depreciação da mais valia e às baixas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, conforme apresentado na nota explicativa 16.

4.10 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

4.11 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

4.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

4.15 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.16 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

4.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa média de juros implícita, nos contratos com respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4.18 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

4.19 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das

operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

4.20 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Algumas novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

As alterações às IFRSs mencionadas a seguir ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Estas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e não resultarão em impactos relevantes para o Grupo, considerando que as Companhias não são entidades de investimento.

Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

Estas modificações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e não resultarão em impactos relevantes para o Grupo.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (emitido em 2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (emitido em 2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros.

O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

Esta norma possui vigência a partir de 1º de janeiro de 2017 e não resultará em impactos relevantes para o Grupo.

5 Reclassificações

5.1 Balanço patrimonial

Em 2013, conforme CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a Companhia apresentou de forma líquida seus ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Além disso, com a finalidade de adequar a apresentação dos impostos devidos, referente à parcela não incentivada pelo PROVIN, foi adicionada a linha de Financiamentos de Impostos ao demonstrativo, e reclassificados estes valores que eram apresentados na linha de tributos a recolher. O mesmo ocorreu para a apresentação do imposto de renda e contribuição social a recolher. Segue quadro referente ao ano de 2012 para efeito de comparabilidade.

	31/12/2012					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Ativo não circulante	379.991	(28.243)	351.748	363.522	(28.243)	335.279
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.243	(28.243)	-	28.243	(28.243)	-
Passivo circulante	199.733	-	199.733	181.080	-	181.080
Tributos a recolher	14.333	(4.689)	9.644	14.406	(4.762)	9.644
Imposto de renada e contribuição social	-	2.271	2.271	-	2.344	2.344
Financiamento de impostos	-	2.418	2.418	-	2.418	2.418
Passivo não circulante	169.517	(28.243)	141.274	171.958	(28.243)	143.715
Tributos a recolher	7.729	(1.915)	5.814	7.729	(1.915)	5.814
Financiamento de impostos	-	1.915	1.915	-	1.915	1.915
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.564	(28.243)	3.321	34.005	(28.243)	5.762
Total do ativo	749.412	(28.243)	721.169	733.224	(28.243)	704.981
Total do passivo	369.250	(28.243)	341.007	353.038	(28.243)	324.795

5.2 Demonstração do resultado do exercício

Em 2013, com a finalidade de adequar a apresentação da receita líquida ao disposto no CPC 30 (R1) – Receitas, foi efetuada a reclassificação da despesa com verbas diretas, classificadas em despesas com vendas, para dedução da receita bruta, em abatimentos.

Segue quadro referente ao ano de 2012 para efeito de comparabilidade.

	31/12/2012					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Receita bruta de vendas	1.340.961	-	1.340.961	1.342.627	-	1.342.627
(-) Impostos	(109.548)	-	(109.548)	(110.082)	-	(110.082)
(-) Devoluções	(14.378)	-	(14.378)	(14.378)	-	(14.378)
(-) Abatimentos	(382)	(24.737)	(25.119)	(382)	(24.737)	(25.119)
Receita líquida de vendas	1.216.653	(24.737)	1.191.916	1.217.785	(24.737)	1.193.048
Despesas com vendas	(225.545)	24.737	(200.808)	(225.545)	24.737	(200.808)

6 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Bancos conta movimento	10.079	7.280	18.728	7.292
Aplicações financeiras	59.570	66.706	81.930	66.795
	69.649	73.986	100.658	74.087

As aplicações financeiras em renda fixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,74% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2012: 100,65%) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes no país	150.277	106.660	150.406	106.724
Desconto de verbas contratuais	(8.596)	(6.805)	(8.596)	(6.805)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.320)	(1.934)	(1.320)	(1.934)
	140.361	97.921	140.490	97.985

Os descontos de verbas contratuais representam descontos condicionais que serão concedidos em função da data de pagamento da fatura.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Prazo:				
Valores a vencer:	142.548	101.620	142.677	101.684
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	5.666	2.637	5.666	2.637
de 31 a 60 dias	548	203	548	203
de 61 a 90 dias	162	137	162	137
Acima de 90 dias	1.353	2.063	1.353	2.063
	<u>150.277</u>	<u>106.660</u>	<u>150.406</u>	<u>106.724</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim representada:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2013	2012
Saldo inicial	(1.934)	(887)
Constituição de provisão	(1.520)	(1.359)
Reversões e baixas	<u>2.134</u>	<u>312</u>
Saldo final	<u>(1.320)</u>	<u>(1.934)</u>

Na nota explicativa 33.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

8 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	39.716	30.598	39.716	30.598
Matérias primas	68.575	32.597	68.575	32.597
Materiais de produção	19.783	10.589	19.783	10.589
Materiais de manutenção e outros	4.963	5.337	4.986	5.360
Produtos em processo	1.501	852	1.501	852
Adiantamentos para compra de matéria prima (a)	42.999	63.596	12.218	63.596
	<u>177.537</u>	<u>143.569</u>	<u>146.779</u>	<u>143.592</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos para compra de trigo são liquidados em 30 dias, em média. A redução do saldo final de 2013 do consolidado ocorreu devido à exclusão das transações de compra de trigo no valor de R\$ 30.781 da controlada Cipolin, adquirida em dezembro de 2013 conforme nota explicativa 2.

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matéria prima e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Saldo inicial	(1.815)	(791)
Adições	(13.732)	(5.395)
Reversões	<u>11.800</u>	<u>4.371</u>
Saldo final	<u>(3.747)</u>	<u>(1.815)</u>

9 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	11.996	4.143	16.139	13.750	4.539	18.289
ICMS a apropriar (b)	23.576	2.012	25.588	5.533	3.458	8.991
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	463	2.526	2.989	1.034	1.647	2.681
Imposto de renda a compensar	4.382	-	4.382	4.199	-	4.199
Contribuição social a compensar	1.118	-	1.118	425	-	425
PIS a compensar (c)	2.424	502	2.926	1.995	89	2.084
COFINS a compensar (c)	10.379	2.331	12.710	9.149	412	9.561
Outros impostos e contribuições	<u>641</u>	<u>-</u>	<u>641</u>	<u>778</u>	<u>-</u>	<u>778</u>
	<u>54.979</u>	<u>11.514</u>	<u>66.493</u>	<u>36.863</u>	<u>10.145</u>	<u>47.008</u>

	Consolidado					
	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	11.996	4.143	16.139	13.750	4.539	18.289
ICMS a apropriar (b)	23.576	2.012	25.588	5.533	3.458	8.991
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	463	2.526	2.989	1.034	1.647	2.681
Imposto de renda a compensar	4.420	-	4.420	4.240	-	4.240
Contribuição social a compensar	1.118	-	1.118	425	-	425
PIS a compensar (c)	2.424	502	2.926	1.995	89	2.084
COFINS a compensar (c)	10.379	2.331	12.710	9.149	412	9.561
Outros impostos e contribuições	<u>641</u>	<u>-</u>	<u>641</u>	<u>778</u>	<u>-</u>	<u>778</u>
	<u>55.017</u>	<u>11.514</u>	<u>66.531</u>	<u>36.904</u>	<u>10.145</u>	<u>47.049</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Refere-se substancialmente a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária;
- (b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos.

10 Ativos não circulante mantidos para venda

No ano de 2013, foi realizada a venda do terreno situado em Bayeux – PB, que havia sido recebido como quitação de dívidas anteriores, registrado no ativo não circulante mantido para venda por R\$ 915.

A venda do terreno foi efetivada por R\$ 1.000, dos quais, R\$ 850 foram pagos através do recebimento de um imóvel situado em João Pessoa – PB. O ganho gerado nesta operação foi de R\$ 85.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos mantidos para venda correspondem ao imóvel situado em João Pessoa citado anteriormente, no montante de R\$ 850, e aos ativos da Unidade de Cabedelo, cuja operação foi paralisada, transferidos do ativo imobilizado, pelo valor contábil até então registrado, ou seja, ao custo deduzido da depreciação, no total de R\$ 2.843.

Durante o ano de 2013, as condições de mercado que existiam na data da reclassificação declinaram e a operação de venda não foi efetivada até o final deste exercício, mesmo a Companhia reforçando o interesse para a venda e reduzindo o preço do ativo.

Desta maneira, a Companhia mantém o ativo como mantido para a venda e considera razoável o preço solicitado, compatível com as mudanças ocorridas nas condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo total de ativos mantidos para a venda foi de R\$ 3.693 (R\$ 3.758 em 31 de dezembro de 2012). Nos exercícios apresentados, não há perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

11 Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Companhias				
<u>Ativo circulante</u> - Empréstimos a receber				
Cipolin S.A. (a)	-	-	2.213	-
<u>Ativo não circulante</u> - Empréstimos a receber				
J. Macêdo Alimentos S.A.	16	2.792	16	2.792
	<u>16</u>	<u>2.792</u>	<u>2.229</u>	<u>2.792</u>
<u>Passivo circulante</u> - Empréstimos a pagar				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	5.599	5.412	-	-
Tergran	1.200	1.200	-	-
	<u>6.799</u>	<u>6.612</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A..

12 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J. Macêdo Alimentos S.A.

J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operações controladas em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota 4.1..

Empresas controladas

Pico da Caledônia. - Companhia controlada, constituída em 2004, conforme nota explicativa 4.1.

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 2.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na nota explicativa 4.1.

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas, com efeito no resultado, com as partes relacionadas nos exercícios em questão:

	<u>Aquisição de materiais e serviços</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Companhias	2013	2012	2013	2012
Cipolin S.A (1)	334.592	133.580	334.592	133.580
Pico da Caledônia (2)	1.887	1.914	-	-
Tergran	<u>2.282</u>	<u>1.466</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>338.761</u>	<u>136.960</u>	<u>334.592</u>	<u>133.580</u>

- (1) Importação de trigo da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias. A Companhia possui adiantamentos para compra de trigo no montante de R\$ 30.781, conforme nota explicativa 8.
- (2) Receitas financeiras de arrendamento e juros sobre arrendamento.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, possui dividendos a receber de sua controlada Pico da Caledônia, no total de R\$ 377.

Com relação a aquisição da Cipolin, conforme nota explicativa 2, a Companhia detém 100% do capital social desta controlada, adquirida em dezembro de 2013 de sua controladora J. Macêdo Alimentos pelo valor total de R\$ 2.850, pagos à vista, que corresponde ao valor patrimonial das ações da Cipolin S.A., com base nas Demonstrações Financeiras da mesma, levantadas em 30 de novembro de 2013.

A Companhia também adquiriu em dezembro de 2013 de sua controladora a unidade fabril situada na cidade de Londrina – PR pelo valor total de R\$ 13.877, sendo R\$ 812 pagos à vista e R\$ 13.065 a ser pago em fevereiro de 2014, conforme nota explicativa 16.

Contratos de arrendamento

- I. Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge. Com o final da aliança, o contrato de arrendamento será eliminado com a incorporação desta controlada até o final de 2014. O saldo de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 12.006, registrado no passivo circulante da Companhia; e
- II. Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná, foi rescindido em dezembro de 2013 com a aquisição da unidade pela J. Macêdo S.A., conforme nota explicativa 16.

Existem transações de arrendamento mercantil entre partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa 16.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 de dezembro de 2013 as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 6.251 (31 de dezembro de 2012: R\$ 6.510). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 30.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de dezembro de 2013, 48,19% (31 de dezembro de 2012: 12,25%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

O aumento com relação a 2012 se refere a emissão de debêntures, conforme nota explicativa 22, as quais possuem como fiadora a J.Macedo Alimentos S.A. O valor total das debêntures representam 35,51 % do saldo com aval da referida Companhia.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados na nota explicativa 21.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.768	19.372	17.768	19.372
<u>Diferenças temporárias:</u>				
Provisão para perda ao valor recuperável	367	538	367	538
Provisão para perdas com estoques	1.042	505	1.042	505
Provisão para contingências	2.293	2.159	2.293	2.159
Programa de participação nos resultados	3.329	1.879	3.329	1.879
Perda operação "swap"	10.139	2.783	10.139	2.783
Outras provisões	469	1.007	469	1.007
Total diferido ativo	35.407	28.243	35.407	28.243
Ágio Chiarini	(1.542)	(1.186)	(1.542)	(1.186)
Ganho operação "swap"	(14.891)	(5.626)	(14.891)	(5.626)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.889)	(10.036)	(12.330)	(12.477)
Valor justo propriedades para investimentos	(15.838)	(14.716)	(15.838)	(14.716)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(707)	-	(707)	-
Diferença depreciação fiscal	(1.774)	-	(1.774)	-
Total diferido passivo	(44.641)	(31.564)	(47.082)	(34.005)
Total de imposto diferido líquido	(9.234)	(3.321)	(11.675)	(5.762)

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	(3.321)	12.708	(5.762)	10.267
Constituição/Realização	(1.604)	(1.935)	(1.604)	(1.935)
Compensação lucro real	1.412	(23)	1.412	(23)
Perda operação "swap"	7.356	2.551	7.356	2.551
Total da movimentação diferido ativo	7.164	593	7.164	593
Realização de ajuste avaliação patrimonial	147	238	147	238
Ganho operação "swap"	(9.266)	(3.828)	(9.266)	(3.828)
Ágio Chiarini	(356)	(356)	(356)	(356)
Diferença depreciação fiscal	(1.772)	-	(1.772)	-
Juros sobre empréstimos capitalizados	(707)	-	(707)	-
Valor justo propriedade para investimentos	(1.123)	(12.676)	(1.123)	(12.676)
Total da movimentação diferido passivo	(13.077)	(16.622)	(13.077)	(16.622)
Total	(9.234)	(3.321)	(11.675)	(5.762)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Corrente				
Imposto de renda	16	(3.189)	(196)	(3.463)
Contribuição social	<u>(10)</u>	<u>(1.535)</u>	<u>(98)</u>	<u>(1.535)</u>
	<u>6</u>	<u>(4.724)</u>	<u>(294)</u>	<u>(4.998)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	(2.548)	(11.646)	(2.548)	(11.646)
Contribuição social	<u>(1.451)</u>	<u>(4.383)</u>	<u>(1.451)</u>	<u>(4.383)</u>
	<u>(3.999)</u>	<u>(16.029)</u>	<u>(3.999)</u>	<u>(16.029)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(3.993)</u>	<u>(20.753)</u>	<u>(4.293)</u>	<u>(21.027)</u>

Reconciliação da taxa efetiva

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da CSLL	55.050	82.342	55.350	82.616
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	18.717	27.996	18.819	28.089
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	1.522	1.749	1.522	1.749
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	10.435	4.360	10.435	4.360
Adições temporárias				
Provisões temporárias	13.471	7.200	13.471	7.200
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	3.289	12.676	3.289	12.676
Outros itens	57	2.700	57	2.700
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(15.542)	(17.811)	(15.542)	(17.811)
Benefício fiscal - juros sobre capital próprio	(3.938)	-	(3.938)	-
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(10.077)	(5.938)	(10.077)	(5.938)
Ganho de incentivos fiscais	(12.224)	(8.962)	(12.224)	(8.962)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(117)	(1.999)	(117)	(1.999)
Ajustes negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	15	183	15	183
Outros	(1.615)	(1.401)	(1.417)	(1.220)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>3.993</u>	<u>20.753</u>	<u>4.293</u>	<u>21.027</u>
Alíquota efetiva	<u>7,25%</u>	<u>25,20%</u>	<u>7,76%</u>	<u>25,45%</u>

14 Investimentos

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>	
	2013	2012		2013	2012
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	30.846	27.590		-	-
Ágio (nota explicativa 17)	6.399	6.399		-	-
Outros investimentos	64	64		64	64
	<u>37.309</u>	<u>34.053</u>		<u>64</u>	<u>64</u>
	<u>2013</u>			<u>2012</u>	
	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Tergran	Pico da Caledônia
Informações sobre as controladas:					
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	459.773.063	2.193.000	999
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	100,00%	33,33%	99,90%
Ativo circulante	5.815	12.280	34.141	4.336	387
Ativo não circulante	4.393	15.089	-	4.897	26.908
Total de ativos	<u>10.208</u>	<u>27.369</u>	<u>34.141</u>	<u>9.233</u>	<u>27.295</u>
Passivo circulante	953	441	30.842	766	62
Passivo não circulante	-	2.441	-	-	2.441
Total de passivos	<u>953</u>	<u>2.882</u>	<u>30.842</u>	<u>766</u>	<u>2.503</u>
Capital social	9.204	18.389	10.656	9.204	18.389
Patrimônio líquido	9.255	24.487	3.299	8.467	24.792
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	788	1.590	394	(763)	1.598
	<u>788</u>	<u>1.590</u>	<u>394</u>	<u>(763)</u>	<u>1.598</u>
	<u>2013</u>			<u>2012</u>	
Movimentação dos investimentos	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Total	Total
Saldo inicial	2.822	24.768	-	27.590	27.781
Distribuição de lucros	-	(1.517)	-	(1.517)	(1.533)
Dividendos a receber	-	(377)	-	(377)	-
Equivalência patrimonial	263	1.588	394	2.245	1.343
Aquisição de controlada (nota explicativa 2)	-	-	2.850	2.850	-
Varição cambial de investimento no exterior	-	-	55	55	-
Outros	-	-	-	-	(1)
Saldo final	<u>3.085</u>	<u>24.462</u>	<u>3.299</u>	<u>30.846</u>	<u>27.590</u>

15 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes sediados no estado do Ceará, em 31 de dezembro de 2013.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2013	2012
Saldo inicial	60.682	23.400
Ganho líquido de ajuste a valor justo	<u>3.302</u>	<u>37.282</u>
Saldo final	<u><u>63.984</u></u>	<u><u>60.682</u></u>

A Companhia realiza anualmente, no mês de dezembro, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

16 Imobilizado

16.1 Controladora

16.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	17.913	-	17.913	9.693	-	9.693
Edificações e outros imóveis	3,20	161.127	(75.553)	85.574	155.186	(71.743)	83.443
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	204.035	(99.623)	104.412	189.236	(89.641)	99.595
Instalações	10,23	13.576	(5.188)	8.388	11.316	(4.040)	7.276
Móveis e utensílios	10,00	8.173	(5.488)	2.685	7.496	(5.089)	2.407
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.563	(6.026)	1.537	7.123	(5.438)	1.685
Veículos	16,91	7.632	(1.879)	5.753	5.457	(998)	4.459
Outros	18,16	<u>5.346</u>	<u>(2.345)</u>	<u>3.001</u>	<u>5.125</u>	<u>(1.962)</u>	<u>3.163</u>
		<u>425.365</u>	<u>(196.102)</u>	<u>229.263</u>	<u>390.632</u>	<u>(178.911)</u>	<u>211.721</u>
Imobilizado em andamento	-	41.810	-	41.810	6.341	-	6.341
Adiantamento a fornecedores	-	<u>6.833</u>	-	<u>6.833</u>	<u>1.337</u>	-	<u>1.337</u>
		<u><u>474.008</u></u>	<u><u>(196.102)</u></u>	<u><u>277.906</u></u>	<u><u>398.310</u></u>	<u><u>(178.911)</u></u>	<u><u>219.399</u></u>

16.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2012	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2013
Terrenos	9.693	8.220	-	-	-	17.913
Edificações e outros imóveis	83.443	6.035	(2)	(85)	(3.817)	85.574
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	99.595	15.247	(47)	54	(10.437)	104.412
Instalações	7.276	2.263	-	(3)	(1.148)	8.388
Móveis e utensílios	2.407	575	-	113	(410)	2.685
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.685	622	(1)	-	(769)	1.537
Veículos	4.459	2.209	(18)	-	(897)	5.753
Outros	3.163	964	(239)	-	(887)	3.001
Imobilizado em andamento	6.341	35.548	-	(79)	-	41.810
Adiantamento a fornecedores	1.337	8.591	(3.095)	-	-	6.833
	<u>219.399</u>	<u>80.274</u>	<u>(3.402)</u>	<u>-</u>	<u>(18.365)</u>	<u>277.906</u>

Em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado para ativo não circulante mantido para venda, o valor correspondente aos bens vinculados à unidade industrial de Cabedelo, objeto de desativação pela Companhia.

- Unidade industrial de Londrina-PR

A J. Macêdo S.A. adquiriu de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A. a unidade fabril situada na cidade de Londrina – PR. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da J. Macêdo S.A. em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013.

A aquisição foi realizada pelo valor total de R\$ 13.877, sendo R\$ 812 pagos à vista e R\$ 13.065 a ser pago em fevereiro de 2014, impactando as adições do exercício.

16.2 Consolidado

16.2.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.403	-	27.403	19.183	-	19.183
Edificações e outros imóveis	3,20	163.892	(77.272)	86.620	157.951	(73.365)	84.586
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	206.414	(101.623)	104.791	191.611	(91.570)	100.041
Instalações	10,23	13.871	(5.483)	8.388	11.612	(4.333)	7.278
Móveis e utensílios	10,00	8.234	(5.516)	2.718	7.533	(5.114)	2.419
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.671	(6.130)	1.541	7.230	(5.540)	1.690
Veículos	16,91	7.632	(1.879)	5.753	5.457	(998)	4.459
Outros	18,16	5.347	(2.344)	3.003	5.125	(1.962)	3.163
		<u>440.464</u>	<u>(200.247)</u>	<u>240.217</u>	<u>405.702</u>	<u>(182.882)</u>	<u>222.820</u>
Imobilizado em andamento	-	41.810	-	41.810	6.341	-	6.341
Adiantamento a fornecedores	-	6.833	-	6.833	1.337	-	1.337
		<u>489.107</u>	<u>(200.247)</u>	<u>288.860</u>	<u>413.380</u>	<u>(182.882)</u>	<u>230.498</u>

16.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2012	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2013
Terrenos	19.183	8.220	-	-	-	27.403
Edificações e outros imóveis	84.586	6.035	(2)	(85)	(3.914)	86.620
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	100.041	15.251	(47)	54	(10.508)	104.791
Instalações	7.279	2.262	-	(3)	(1.150)	8.388
Móveis e utensílios	2.419	599	-	113	(413)	2.718
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.690	622	(1)	-	(770)	1.541
Veículos	4.459	2.209	(18)	-	(897)	5.753
Outros	3.163	964	(239)	-	(885)	3.003
Imobilizado em andamento	6.341	35.548	-	(79)	-	41.810
Adiantamento a fornecedores	1.337	8.591	(3.095)	-	-	6.833
	<u>230.498</u>	<u>80.301</u>	<u>(3.402)</u>	<u>-</u>	<u>(18.537)</u>	<u>288.860</u>

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 2.788. A taxa média utilizada para capitalização foi de 9,53% a.a.

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

16.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Depreciação	(18.080)	(17.229)	(18.252)	(17.300)
Despesa com amortização	(7.263)	(7.223)	(7.263)	(7.223)
Depreciação do custo atribuído	<u>(285)</u>	<u>(462)</u>	<u>(285)</u>	<u>(462)</u>
Depreciação/amortização no exercício	<u>(25.628)</u>	<u>(24.914)</u>	<u>(25.800)</u>	<u>(24.985)</u>

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, registrou a depreciação e amortização sobre os bens não produtivos na despesa administrativa em R\$ 14.048 (31 de dezembro de 2012: R\$ 13.479). No consolidado, o montante foi de R\$ 14.237 (31 de dezembro de 2012: R\$ 13.663).

16.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Máquinas e equipamentos	67.464	65.359
Edificações	52.751	54.469
Instalações	5.186	5.148
Móveis e utensílios	1.518	2.951
Terrenos	13.240	13.240
Imobilizado em andamento	34.265	5.000
Outros	<u>2.061</u>	<u>202</u>
	<u>176.485</u>	<u>146.369</u>

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e FINAME do BNDES e a processos tributários.

16.5 Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros.

O Grupo estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

16.5.1 Ativo imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”)

Tipo	Prazo do contrato (anos)	2013			2012		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:	21 e 22						
Custo original		45.310	(35.865)	9.445	45.510	(35.222)	10.288
Complemento:							
Custo atribuído	-	19.191	(3.467)	15.724	19.191	(3.120)	16.071
		<u>64.501</u>	<u>(39.332)</u>	<u>25.169</u>	<u>64.701</u>	<u>(38.342)</u>	<u>26.359</u>

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

16.5.2 Obrigações do arrendamento mercantil

Os aluguéis mínimos serão pagos em 2014. O valor presente dos pagamentos mínimos em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 12.006 (31 de dezembro de 2012: R\$ 12.359).

16.5.3 Contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou no resultado como despesa de depreciação dos bens arrendados o total de R\$ 650 (31 de dezembro de 2012: R\$ 650), e como despesas de juros com arrendamento financeiro o total de R\$ 1.431 (31 de dezembro de 2012: R\$ 1.457). O montante de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.783 (31 de dezembro de 2012: R\$ 1.783).

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
<u>Custo:</u>				
Em 1º de janeiro de 2013	40.326	6.399	40.326	46.725
Adições	5.317	-	5.317	5.317
Baixas	(165)	-	(165)	(165)
Em 31 de dezembro de 2013	45.478	6.399	45.478	51.877
<u>Amortização:</u>				
Em 1º de janeiro de 2013	(29.246)	-	(29.246)	(29.246)
Baixas	72	-	72	72
Amortização	(7.335)	-	(7.335)	(7.335)
Em 31 de dezembro de 2013	(36.509)	-	(36.509)	(36.509)
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 31 de dezembro de 2013	8.969	6.399	8.969	15.368
Em 1º de janeiro de 2013	11.080	6.399	11.080	17.479

- (a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição da fábrica Chiarini e, como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.
- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Nacionais	66.583	36.348	66.611	36.369
Estrangeiros	89	995	89	995
	<u>66.672</u>	<u>37.343</u>	<u>66.700</u>	<u>37.364</u>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 a 60 dias, não havendo títulos vencidos.

19 Tributos a recolher

	Controladora					
	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	12.457	-	12.457	7.160	-	7.160
REFIS IV (a)	1.829	8.049	9.878	1.799	5.814	7.613
INSS retido	664	-	664	424	-	424
ISS retido	2.300	-	2.300	259	-	259
Outros	11	-	11	2	-	2
	<u>17.261</u>	<u>8.049</u>	<u>25.310</u>	<u>9.644</u>	<u>5.814</u>	<u>15.458</u>
	Consolidado					
	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	12.457	-	12.457	7.160	-	7.160
REFIS IV (a)	1.829	8.049	9.878	1.799	5.814	7.613
INSS retido	664	-	664	424	-	424
ISS retido	2.300	-	2.300	259	-	259
Outros	35	-	35	2	-	2
	<u>17.285</u>	<u>8.049</u>	<u>25.334</u>	<u>9.644</u>	<u>5.814</u>	<u>15.458</u>

a. REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macêdo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$ 57.966, que, após a redução legal de R\$ 14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 20.621, resultou numa dívida líquida de R\$ 19.348.

Em 23 de dezembro de 2013, a J. Macêdo S.A incluiu novos débitos no Refis por meio da Lei 12.865/13, que reabriu, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para opção pelo pagamento à vista ou parcelamento, em até 180 prestações, mensais e sucessivas, de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com a adesão à reabertura, a Companhia incluiu uma dívida de R\$ 6.578, que, após a redução legal de R\$ 1.545 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 1.913, resultou numa dívida líquida de R\$ 3.120.

O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 21.294 (31 de dezembro de 2012: R\$ 19.029) que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.416 (31 de dezembro de 2012: R\$ 11.416), reduzindo esta obrigação para R\$ 9.878 (31 de dezembro de 2012: R\$ 7.613).

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2013	2012
2014	-	1.799
2015	1.829	1.799
A partir de 2016	<u>6.220</u>	<u>2.216</u>
	<u>8.049</u>	<u>5.814</u>

20 Financiamento de impostos - PROVIN

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme nota explicativa 25. O financiamento classificado nesta nota explicativa é referente à parcela não incentivada dos tributos e está baseado no ICMS devido apurado mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo de financiamentos apresentavam a seguinte composição:

Moeda nacional	Data de vencimento	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		2013	2012
Diferimento de ICMS (PROVIN)	31/12/2016	<u>4.665</u>	<u>4.333</u>
Circulante		<u>(2.015)</u>	<u>(2.418)</u>
Não circulante		<u>2.650</u>	<u>1.915</u>

O financiamento do PROVIN está garantido por notas promissórias.

21 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a)	<u>Controladora e Consolidado</u>	
			2013	2012
FINAME (2)	Pré-fixado	3% a 5,5%	1.417	789
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	61.096	63.110
Crédito rural	Pré-fixado	5,50%	535	10.169
Moeda estrangeira – US\$				
Capital de giro (1) (3)	Pré-fixado e moeda	1,75% a 3,30%	122.272	106.254
Imobilizado (1) (3)	Pré-fixado e moeda	2,24% a 2,38%	<u>1.166</u>	-
			<u>186.486</u>	<u>180.322</u>
Circulante			<u>(106.204)</u>	<u>(67.097)</u>
Não circulante			<u>80.282</u>	<u>113.225</u>

- (1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 33.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
2014	-	81.760
2015	48.757	10.779
2016	12.229	9.452
A partir de 2017	19.296	11.234
	<u>80.282</u>	<u>113.225</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

22 Debêntures (controladora e consolidado)

Em 23 de setembro de 2013 foi aprovada a 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, com data de emissão de 30 de setembro de 2013, prazo de vencimento de 5 anos, no montante total de R\$100.000.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, em série única, com garantia fidejussória e não contarão com garantia real, sendo distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (30 de setembro de 2018).

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

Em 31 de dezembro de 2013 o valor provisionado de juros foram R\$ 2.670. As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado
	2013
2014	-
2015	16.950
2016	28.560
A partir de 2017	57.160
	<u>102.670</u>

23 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais (a)	4.657	14.155	4.657	14.155
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	7.326	8.638	7.326	8.638
Provisões operacionais	2.436	4.121	2.436	4.121
Comissões a representantes	526	516	526	516
Outros	3.892	4.361	3.986	4.386
	<u>18.837</u>	<u>31.791</u>	<u>18.931</u>	<u>31.816</u>
Circulante	<u>(12.351)</u>	<u>(22.554)</u>	<u>(12.445)</u>	<u>(22.579)</u>
Não circulante	<u>6.486</u>	<u>9.237</u>	<u>6.486</u>	<u>9.237</u>

- (a) Adiantamentos decorrentes da compra de trigo por conta e ordem da Bunge.
- (b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2013	2012
2014	-	1.996
2015	2.148	1.996
2016	2.024	1.874
A partir de 2016	<u>2.314</u>	<u>3.371</u>
	<u>6.486</u>	<u>9.237</u>

24 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

Controladora				
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.389</u>	<u>4.187</u>	<u>1.135</u>	<u>10.711</u>
Provisões	462	1.373	508	2.343
Reversão de provisões	(30)	(586)	(846)	(1.462)
Pagamentos/depósitos	(3.993)	(377)	-	(4.370)
Encargos financeiros	4	513	23	540
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.832</u>	<u>5.110</u>	<u>820</u>	<u>7.762</u>
Provisões	-	2.260	795	3.055
Reversão de provisões	(400)	(746)	(637)	(1.783)
Pagamentos/depósitos	-	(1.501)	(22)	(1.523)
Encargos financeiros	126	546	62	734
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.558</u>	<u>5.669</u>	<u>1.018</u>	<u>8.245</u>
Consolidado				
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.389</u>	<u>4.187</u>	<u>1.135</u>	<u>10.711</u>
Provisões	462	1.373	508	2.343
Reversão de provisões	(30)	(586)	(846)	(1.462)
Pagamentos/depósitos	(3.993)	(377)	-	(4.370)
Encargos financeiros	4	513	23	540
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.832</u>	<u>5.110</u>	<u>820</u>	<u>7.762</u>
Provisões	28	2.386	795	3.209
Reversão de provisões	(400)	(746)	(637)	(1.783)
Pagamentos/depósitos	-	(1.501)	(22)	(1.523)
Encargos financeiros	126	546	62	734
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.586</u>	<u>5.795</u>	<u>1.018</u>	<u>8.399</u>

(a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 233.653 (31 de dezembro de 2012: R\$170.901). O total destas contingências é constituído por R\$ 128.091 (31 de dezembro de 2012: R\$ 70.389) relativo a tributos federais; R\$ 104.939 (31 de dezembro de 2012: R\$ 100.035) relativo a impostos estaduais e R\$ 623 (31 de dezembro de 2012: R\$ 477) relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantias não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de dezembro de 2013, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 27.683 (31 de dezembro de 2012: R\$ 26.225).

Em 31 de dezembro de 2013, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 6.812 (31 de dezembro de 2012: R\$ 4.981). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.883 (31 de dezembro de 2012: R\$ 7.908).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2013	2012
Tributária	142.753	132.878
Trabalhista	16.068	14.829
Cível	<u>6.279</u>	<u>6.677</u>
	<u>165.100</u>	<u>154.384</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

- I.** Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 23.002, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

- I.** Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 23.808, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.
- II.** Auto de Infração no valor de R\$ 16.049, lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Aguarda-se julgamento de Recurso Especial pelo TIT/SP.

Autor: J. Macêdo

- I.** Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 21.425 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

25 Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia fez jus a R\$ 35.686 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2012: R\$ 23.668).

Com relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possuiu base para cálculo do lucro da exploração (31 de dezembro de 2012: R\$ 915).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

25.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5%, por 05 (cinco) anos, desde o ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do período, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Administração está pleiteando a renovação deste benefício junto à SUDENE.

25.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela diferida, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do período, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

25.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas

Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

25.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

25.5 TARE (Estado da Paraíba)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – TARE nº 2013.000086.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido do ICMS de 27,27% do valor integral do imposto devido ao estado da Paraíba nas operações de aquisições por transferências de outros estabelecimentos pertencentes ao Grupo, localizadas nos estados signatários do Protocolo ICMS 46/00, de farinha de trigo e mistura de farinha de trigo, para posterior remessa para industrialização de macarrão.

Abaixo, segue quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, totalizando em 2013 uma reserva de R\$ 160.554.

	Benefício de Incentivos fiscais			Reserva de lucros: Incentivos fiscais	
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	A constituir
2008	1.259	23.097	24.356	(24.356)	-
2009	-	24.273	24.273	(24.273)	-
2010	-	25.558	25.558	(16.442)	9.116
2011	-	26.100	26.100	(29.591)	(3.491)
2012	915	23.667	24.582	(29.761)	(5.625)
2013	-	35.686	35.686	(36.132)	-
	<u>2.174</u>	<u>158.381</u>	<u>160.554</u>	<u>(160.554)</u>	<u>-</u>

26 Patrimônio líquido (Controladora)

26.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Capital social - Em Reais mil	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais classe "A" possuem os mesmos direitos das ações ordinárias.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados e farão jus as seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais não terão direito de voto. Todavia adquirirão tal direito caso a Companhia por mais de três exercícios não distribuir dividendos fixos a quem tem de direito.

26.2 Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembleia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

26.3 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais, é registrado na conta de Reserva de Lucros.

26.4 Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 25.

26.5 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia.

26.6 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram pagos em forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social. A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2013, foi de R\$ 11.582 (R\$ 9.845, líquido de IRRF).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 683/12.

	<u>Controladora</u>	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	51.057	61.589
(-) Reserva legal – 5%	<u>(2.553)</u>	<u>(3.079)</u>
	<u>48.504</u>	<u>58.510</u>
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	285	462
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	<u>(35.686)</u>	<u>(29.761)</u>
Base de cálculo dos dividendos	13.103	29.211
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>3.276</u>	<u>7.303</u>
(-) Juros sobre capital próprio calculado	11.582	-
Juros sobre capital próprio – limite do mínimo obrigatório	3.276	-
Juros sobre capital próprio – excedente ao mínimo obrigatório	<u>8.306</u>	<u>-</u>
Dividendos complementares	<u>1.521</u>	<u>-</u>
Dividendos por ação	<u>0,60018</u>	<u>1,33796</u>

O valor de R\$ 1.521, referente aos dividendos complementares do lucro líquido de exercício de 2013, foi reconhecido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, aguardando a deliberação da AGO/E, a ser realizada no ano de 2014.

26.7 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

27 Resultado por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$ 51.057 e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	51.057	61.589
Lucro atribuível aos acionistas	51.057	61.589
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:	21.832	21.832
Ordinárias	11.496	11.496
Preferenciais	10.336	10.336
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	<u><u>2,33861</u></u>	<u><u>2,82102</u></u>

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

28 Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas	1.535.568	1.340.961	1.540.157	1.342.627
(-) Impostos	(139.487)	(109.548)	(140.113)	(110.082)
(-) Devoluções	(16.271)	(14.378)	(16.271)	(14.378)
(-) Abatimentos	(28.862)	(25.119)	(28.862)	(25.119)
	<u><u>1.350.948</u></u>	<u><u>1.191.916</u></u>	<u><u>1.354.911</u></u>	<u><u>1.193.048</u></u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

29 Custos e despesas operacionais

Abaixo, seguem aberturas das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos por natureza e por função.

29.1 Por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Matérias-primas	(643.397)	(535.372)	(643.397)	(535.372)
Embalagens	(82.287)	(79.278)	(82.287)	(79.278)
Pessoal	(163.435)	(155.114)	(163.435)	(155.114)
Frete e carretos	(92.265)	(82.374)	(92.265)	(82.374)
Serviços de terceiros	(133.626)	(101.992)	(133.626)	(101.992)
Depreciação e amortização	(26.527)	(25.622)	(26.716)	(25.820)
Impostos, taxas e multas	(5.039)	(4.460)	(5.039)	(4.460)
Despesas com viagens	(6.474)	(5.803)	(6.474)	(5.803)
Energia elétrica, água e esgoto	(3.001)	(4.358)	(3.001)	(4.358)
Outros	(119.243)	(137.371)	(122.458)	(138.179)
	<u>(1.275.294)</u>	<u>(1.131.744)</u>	<u>(1.278.698)</u>	<u>(1.132.750)</u>

29.2 Por função

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Custos dos produtos vendidos	(907.083)	(808.208)	(909.893)	(808.712)
Despesas com vendas	(250.177)	(200.808)	(250.177)	(200.808)
Despesas gerais e administrativas (a)	(118.034)	(122.728)	(118.628)	(123.230)
	<u>(1.275.294)</u>	<u>(1.131.744)</u>	<u>(1.278.698)</u>	<u>(1.132.750)</u>

a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

29.3 Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamentos dos centros de distribuição (CD) e veículos classificados como arrendamentos operacionais possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	<u>Pagamentos mínimos</u>	
	2013	2012
Até um ano	7.818	6.868
Mais de um ano e até cinco anos	<u>8.799</u>	<u>2.980</u>
	<u>16.617</u>	<u>9.848</u>

Não há vencimentos previstos para mais de cinco anos. Estes contratos não apresentam opções de compra e tampouco transferência de posse ao final do seu prazo contratual.

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no período findo em 31 de dezembro de 2013 foi registrado em despesas com aluguéis - Despesas gerais e corresponderam ao montante de R\$ 5.900 (31 de dezembro de 2012: R\$ 11.588).

30 Benefícios de curto prazo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Ordenados e salários	(61.527)	(57.559)	(61.604)	(57.631)
Custos de previdência social	(19.586)	(24.740)	(19.602)	(24.754)
Participação nos resultados	(13.395)	(7.724)	(13.395)	(7.724)
	<u>(94.508)</u>	<u>(90.023)</u>	<u>(94.601)</u>	<u>(90.109)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada período.

31 Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Venda de ativos	206	774	206	774
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(2.986)	(893)	(2.986)	(893)
Contingências líquidas	(2.881)	(570)	(2.881)	(570)
Provisão para redução ao valor recuperável	(606)	(1.017)	(606)	(1.017)
Ganhos decorrentes da variação no valor justo das propriedades para investimentos	3.302	37.282	3.302	37.282
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>4.370</u>	<u>(1.432)</u>	<u>4.373</u>	<u>(1.432)</u>
	<u>1.405</u>	<u>34.144</u>	<u>1.408</u>	<u>34.144</u>

32 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.384)	(13.779)	(7.384)	(13.779)
Outras despesas de juros	(9.067)	(7.427)	(7.631)	(5.994)
Variações monetárias e cambiais passivas	(37.777)	(11.931)	(37.777)	(11.931)
Tarifas bancárias	(977)	(1.326)	(984)	(1.326)
Ajuste a valor de mercado	(2.193)	1.554	(2.292)	1.554
Outras despesas financeiras	<u>(4.545)</u>	<u>(1.761)</u>	<u>(4.752)</u>	<u>(1.762)</u>
Despesas financeiras	<u>(61.943)</u>	<u>(34.670)</u>	<u>(60.820)</u>	<u>(33.238)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	6.068	5.033	6.130	5.092
Outras receitas de juros	510	4.878	515	4.878
Descontos obtidos	1.241	1.117	1.241	1.117
Variações monetárias e cambiais ativas	15.990	10.227	15.990	10.227
Ajuste a valor de mercado	13.768	-	14.364	-
Outras receitas financeiras	<u>112</u>	<u>98</u>	<u>309</u>	<u>98</u>
Receitas financeiras	<u>37.689</u>	<u>21.353</u>	<u>38.549</u>	<u>21.412</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(24.254)</u>	<u>(13.317)</u>	<u>(22.271)</u>	<u>(11.826)</u>

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

33.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	69.649	73.986	69.649	73.986
Contas a receber	140.361	97.921	140.361	97.921
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	16	2.792	16	2.792
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	16.874	11.348	16.874	11.348
	<u>226.900</u>	<u>186.047</u>	<u>226.900</u>	<u>186.047</u>

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	186.486	180.322	192.390	180.661
Debêntures	102.670	-	102.670	-
Fornecedores	66.672	37.343	66.672	37.343
Arrendamentos mercantis financeiros	12.006	12.359	12.006	12.359
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	6.799	6.612	6.799	6.612
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	-	942	-	942
	<u>374.633</u>	<u>237.578</u>	<u>380.537</u>	<u>237.917</u>
Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	100.658	74.087	100.658	74.087
Contas a receber	140.490	97.985	140.490	97.985
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	16	2.792	16	2.792
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	20.433	11.348	20.433	11.348
	<u>261.597</u>	<u>186.212</u>	<u>261.597</u>	<u>186.212</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	186.486	180.322	192.390	180.661
Debêntures	102.670	-	102.670	-
Fornecedores	66.700	37.364	66.700	37.364
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de “swap”	1.895	942	1.895	942
	<u>357.751</u>	<u>218.628</u>	<u>363.655</u>	<u>218.967</u>

33.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

33.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Como política, o Grupo procura manter parte de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(1.952)	(10.958)	(1.952)	(10.958)
Debêntures	-	-	-	-
	<u>(1.952)</u>	<u>(10.958)</u>	<u>(1.952)</u>	<u>(10.958)</u>
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	59.570	66.706	81.930	66.734
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(184.534)	(169.364)	(184.534)	(169.364)
Debêntures	(102.670)	-	(102.670)	-
	<u>(227.634)</u>	<u>(102.658)</u>	<u>(205.274)</u>	<u>(102.630)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<u>Aumento/ redução em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da Tributação</u>
2013		
Reais	(25)	(2.468)
	(50)	(4.937)
2012		
Reais	(25)	(2.824)
	(50)	(5.648)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira em seu contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 1,32 % (31 de dezembro de 2012: 1,73%).

		<u>Valor justo</u>		
		<u>Valor Contratado (Reais)</u>	<u>Ativo financeiro derivativo</u>	
31 de dezembro de 2013	Faixas de vencimento			Resultado no período
Risco de taxa de câmbio				
<u>Operações de swap:</u>				
Contrato de swap Citibank	De 26/10/2011 a 11/07/2014	30.331	6.317	-
Contrato de swap Itaú	De 05/12/2011 a 05/12/2013	20.000	-	-
Contrato de swap Itaú	De 11/12/2012 a 11/12/2014	50.000	6.510	-
Contrato de swap HSBC	De 08/04/2013 a 08/04/2014	10.000	1.180	-
Contrato de swap Rabobank	De 14/06/2013 a 04/05/2015	31.875	2.867	-
		<u>142.206</u>	<u>16.874</u>	<u>-</u>
			<u>(14.007)</u>	<u>-</u>
			<u>2.867</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou um ganho de R\$ 11.575 (31 de dezembro de 2012: ganho de R\$1.287) registrado no resultado financeiro.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$ 145.286. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$ 3.559, enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizou R\$ 1.895. A controlada apurou um ganho de R\$ 497 registrado no resultado financeiro.

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	123.438	106.254
Contrato de swap (b)	<u>(123.438)</u>	<u>(106.254)</u>
Exposição líquida (a-b)	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo encerrou o período sem exposição ao risco de taxa cambial. Desta forma, o Grupo não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam exigidos pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. A Companhia opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

33.2.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com quinze (31 de dezembro de 2012: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 36% (31 de dezembro de 2012: 29%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 66% (31 de dezembro de 2012: 79%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Cientes - Atacado	105.245	77.353	105.245	77.353
Cientes - Varejo	48.047	32.753	48.047	32.753
Outros clientes	4.693	8.453	4.822	8.517
(-) Provisões	<u>(7.708)</u>	<u>(11.899)</u>	<u>(7.708)</u>	<u>(11.899)</u>
	<u>150.277</u>	<u>106.660</u>	<u>150.406</u>	<u>106.724</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2012: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das

contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

33.2.3 *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos. A Companhia não possui passivos financeiros derivativos.

Empréstimos e financiamentos	Controladora e Consolidado				
	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
2013	186.486	9.415	96.789	48.757	31.525
2012	<u>180.322</u>	<u>5.070</u>	<u>62.219</u>	<u>81.567</u>	<u>31.466</u>

Com relação ao saldo das debêntures de R\$ 102.670, há R\$ 16.950 com vencimento entre um e dois anos, e R\$ 85.720 com vencimento de mais de dois anos.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

34 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2013	2012
<u>Modalidade:</u>		
Responsabilidade civil	8.000	6.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	124.910	117.779
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	<u>127.100</u>	<u>159.600</u>
	<u>260.010</u>	<u>283.379</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

35 Adoção antecipada da MP 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada quando forem emitidos os atos administrativos necessários para este efeito pela Receita Federal do Brasil e, somente nesse momento, a Administração poderá calcular eventuais impactos, se houver.

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA - CVM 2115-6
CNPJ Nº 14.998.371/0001-19
NIRE 23 3 00026799

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2014 - (1ª/2014)

HORÁRIO, DATA E LOCAL: 09:30 (nove horas e trinta minutos), do dia 19 de fevereiro de 2014, na sede social localizada na Rua Benedito Macêdo nº 79, Caís do Porto, CEP 60.180-900, em Fortaleza, Estado do Ceará.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Comitê de Auditoria, conforme assinaturas lançadas no final desta ata.

MESA: Presidida pelo Sr. **HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA** – Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2013”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG – Auditores Independentes aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2013, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO: Unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Humar Marques de Oliveira - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria; Roberto Proença de Macêdo e Paulo Camillo - membros do Comitê de Auditoria.

CERTIDÃO: Certificamos que a presente é cópia fiel do original da primeira ata do exercício de 2014, lavrada no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria. Fortaleza, 19 de fevereiro de 2014.

HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenador Executivo do Comitê
de Auditoria da Companhia



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da J. Macêdo S.A, sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013.

Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2014.

Enrique Ricardo Ussher
Diretor Presidente

Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld
Diretor

Carlos Augusto Nunes Neves da Rocha
Diretor

Luís Eduardo de Oliveira Vallim
Diretor

Vagner Ludovichi
Diretor

Irineu José Pedrollo
Diretor